

**ISSN 2238-9113****ÁREA TEMÁTICA:** (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

## **IDENTIDADES SOCIAIS DE GÊNERO**

**Michele Padilha Santa Clara (michele.psc7@gmail.com)**

RESUMO – O presente trabalho é fruto das reflexões abordadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem e Identidades Sociais (GEPLIS). Pretende-se com esta pesquisa compreender a respeito dos conceitos gênero e de como se dá a construção de tais identidades. Busca-se ainda perceber como a sociedade atua na construção de identidades de gênero dos sujeitos. Reconhecendo a complexidade do tema proposto, este trabalho terá como embasamento teórico autores e teóricos como Butler (1998, 2003), Louro (2000, 2003, 2008, 2010), Auad (2003), Hall (2006), Barros; Santos (2014) e Sierra (2015). Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para que haja uma reflexão crítica a respeito da importância de se trabalhar a construção das identidades dos/as alunos/as de forma positiva, valorizando a diversidade. Esta pesquisa caracteriza-se como de caráter bibliográfico.

**PALAVRAS-CHAVE** – Identidades. Gênero. Diferença. Sociedade.

### **Introdução**

Muitas vezes, ao invés da escola valorizar a diferença, determina papéis homogêneos que ficam permanentemente inscritos nos sujeitos. Ela estabelece critérios e normas para meninos e meninas, dentro dos quais eles/elas devem se enquadrar. No entanto, se assumirmos que a escola além de tratar questões do currículo escolar, “[...] ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe [...] certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades” (LOURO, 2003, p. 85). Para isso, vale a pena compreender como essas práticas padronizantes têm sido consagradas em nossa sociedade, pois “[...] as diferentes instituições, como a escola, dotadas de uma cultura própria, estão obviamente relacionadas com o que está em vigência na sociedade mais ampla” (AUAD, 2003, p. 141-142). Considerando isso, buscaremos compreender como a sociedade atua na construção das identidades de gênero dos sujeitos.

## Objetivos

- Compreender o conceito de gênero;
- Compreender a respeito da construção das identidades de gênero;
- Perceber como a sociedade atua na construção das identidades de gênero.

## Referencial teórico-metodológico

Compreendemos que o conceito de gênero passou a ser debatido através dos movimentos feministas que ocorreram no Ocidente no século XIX, portanto, antes de abordarmos as questões de gênero, delinearemos um breve percurso histórico acerca do movimento feminista e suas contribuições.

A primeira onda do feminismo, denominada “sufragismo”, surgiu em 1948 e “tinha como objetivo garantir o direito de voto, a oportunidade de estudar e o acesso ao mercado de trabalho para as mulheres” (BARROS; SANTOS, 2014, p. 191). Entretanto, segundo Louro (2010), foi no desdobramento da ‘segunda onda’, ocasionada nos anos de 1960, que o feminismo, além de se preocupar com questões sociais e políticas, também se ateu às questões propriamente teóricas.

É, portanto, nesse período que o movimento feminista passa a se expressar “[...] não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas” (LOURO, 2010, p. 16). Além do mais, feministas acadêmicas na busca pela visibilidade da mulher, expõem sua revolta e geram “[...] preocupações sociais ligadas ao conceito de gênero” (BARROS; SANTOS, 2014, p. 191), dando origem aos estudos da mulher.

Desse modo, “aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades [...] de gênero” (HALL, 2006, p. 45-46). Sendo assim, nesse contexto, as identidades passam a ser o foco. Como consequência disso, tem sido reconhecida uma nova política cultural, ou seja, a política das identidades (LOURO, 2008).

No que diz respeito à identidade de gênero, Judith Butler (2003, p. 200) afirma que não se caracteriza como “[...] uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem

vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos”, ou seja, é constituída de acordo com o contexto e o âmbito social em que o sujeito está inserido. Nesse sentido, Louro salienta que:

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais [...]. Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. (LOURO, 2000, p. 6).

Conforme a autora afirma, nós apresentamos múltiplas identidades e estas não são fixas, mas sim transitórias e incertas, visto que podemos abandoná-las para assumirmos outra (mesmo que temporariamente). Teoricamente, “[...] nossos desejos e interesses individuais e nossos múltiplos pertencimentos sociais” [...] nos conduzem a diversas direções (LOURO, 2000, p. 7). No entanto, segundo Louro (2000), devemos tentar compreender como determinado aspecto passou a ser identificado como um traço definidor de identidade.

As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres. Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam. (LOURO, 2000, p. 8-9).

Muitas vezes ao decodificar certas marcas inscritas nas pessoas, acabamos hierarquizando-as e até mesmo excluindo-as, simplesmente porque elas não se adequam aos padrões impostos pela cultura vigente. Em outras palavras, “[...] as sociedades [...] constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens” (LOURO, 2000, p. 9). Todos esses aspectos estão relacionados à questão de poder.

“Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina” (LOURO, 2000, p. 9). No entanto, é necessário desconstruir essa visão hierarquizada e classificatória. Vale esclarecer que “desconstruir não é negar ou

descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas” (BUTLER, 1998, p. 24). Dentro os termos que precisam ser desconstruídos estão aqueles referentes às mulheres. Isto significa “[...] autorizar ou salvaguardar a categoria mulheres como lugar de ressignificações possíveis, é expandir as possibilidades do que significa ser uma mulher e, nesse sentido, dar condições para e permitir uma capacidade de agir realçada” (BUTLER, 1998, p. 25).

Outro detalhe importante que precisa ser discutido é a questão de definir papéis aos diferentes gêneros. “Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar [...]” (LOURO, 2010, p. 24). Infelizmente, em diversos âmbitos, assim como na escola, esses papéis são pré-determinados, estabelecendo-se um padrão feminino e masculino, ou seja, desde os nossos comportamentos até a maneira como nos vestimos devem estar de acordo com os padrões impostos pelas sociedades e reproduzidos pela escola.

Conselhos e palavras de ordem interpelam-nos constantemente, ensinam-nos sobre saúde, comportamento, religião, amor, dizem-nos o que preferir e o que recusar, ajudam-nos a produzir nossos corpos e estilos, nossos modos de ser e de viver. Algumas orientações provêm de campos consagrados e tradicionalmente reconhecidos por sua autoridade, como o da medicina ou da ciência, da família, [da escola], da justiça ou da religião. Outras parecem “surgir” dos novos espaços ou ali ecoar. Não há uniformidade em suas diretrizes. (LOURO, 2008, p. 19).

Dentro desses espaços que têm ecoado em nossas vidas, está a mídia que a todo instante nos envia mensagens sobre o que fazer e como agir. Sierra afirma que os meios midiáticos “[...] trabalham na direção de promover sentidos e de fabricar o olhar com o qual acostumamos a ver (e também nos relacionar com) o mundo, os outros e a nós mesmos” (SIERRA, 2015, p. 273-274). Isso acontece tão repetidamente em nossas vidas que muitas vezes consideramos como algo normal. No entanto, é preciso perceber as formas “[...] como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, porque, afinal, é disso que se trata” (LOURO, 2008, p. 21-22).

Quanto aos significados, podemos dizer que “a norma [...] está inscrita entre as ‘artes de julgar’, ela é um princípio de comparação” (LOURO, 2008, p. 22). Ademais, de acordo com Louro (2008, p.22), “a norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos”.

No que diz respeito à diferença, pode-se afirmar que:

[...] Ela seja um atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação. A diferença não preexiste nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida; em vez disso, ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou seja lá o que for) quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência. (LOURO, 2008, p. 22).

Sendo assim, todas as identidades que não se enquadram dentro dos padrões impostos pela sociedade, são as denominadas diferentes. Desse modo, “continuamente, as marcas da diferença são inscritas e reinscritas pelas políticas e pelos saberes legitimados, reiteradas por variadas práticas sociais e pedagogias culturais” (LOURO, 2008, p. 22).

No entanto, é preciso ensinar os sujeitos a aceitar e valorizar as diferenças. “[...] A diferença não é natural, mas sim naturalizada” (LOURO, 2008, p. 22). Fator este que nos leva a reconhecer a importância de ensinar os/as alunos/as a contestarem os discursos hegemônicos e a respeitarem as diferentes identidades, compreendendo que elas não são fixas, mas, estão em constante transformação.

## **Resultados**

Este trabalho é um recorte das pesquisas realizadas para a escrita da minha dissertação do Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade e também fruto das participações no Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem e Identidades Sociais (GEPLIS). Diante disso, os resultados alcançados até o presente momento são: a escrita do referencial teórico da minha dissertação, a possibilidade de fazer parte do GEPLIS e a participação com apresentação de trabalho no GT realizado no I Congresso Internacional de estudos em Linguagem e no XXIV Encontro Anual de Iniciação Científica.

## **Considerações Finais**

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para um maior interesse em desenvolvimento de estudos nesta área e que possibilite uma reflexão crítica a respeito das identidades de gênero, a fim de que a escola e a sociedade de modo geral se tornem ambientes

favoráveis à construção das identidades dos sujeitos, através da valorização da diversidade social.

## Referências

AUAD, Daniela. Educação para a democracia e co-educação: apontamentos a partir da categoria gênero. **Revista USP**. São Paulo, n.56, p. 136-143, Fev. 2003.

BARROS, Jaqueline; SANTOS, Marcelo. Investigando identidades de gênero no livro didático de espanhol por meio da análise crítica do discurso. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **As políticas do livro didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, 1998.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, 19, v. 2, n. 56, p. 17-23, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SIERRA, Jamil Cabral. Memórias do sexo – a construção de um itinerário de pesquisa em gênero, diversidade sexual e educação. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.